

A gramática intuitiva, o conhecimento linguístico e o ensino-aprendizagem do género em PE

Prof. Dr. Celda Choupinaⁱ (IPP – ESE)
Prof. Dr. Adriana Baptistaⁱⁱ (IPP – ESE)
Prof. Mestre José António Costaⁱⁱⁱ (IPP – ESE)

Resumo:

Partindo de investigações interdisciplinares sobre a noção de género linguístico em Português Europeu e os processos de marcação desta categoria nos nomes, pretende-se promover a reflexão sobre as conceções que contribuíram para a construção da gramática interiorizada do professor de português e sobre as competências linguísticas de que necessita para o exercício de uma vigilância metalinguística acerca dessa mesma gramática, necessária à atividade de professor enquanto agente promotor da aprendizagem da categoria género. Abordaremos, nesta comunicação, os contributos da Linguística Descritiva para a sistematização dos processos disponíveis para a marcação e, por vezes, contrastação, de género, debatendo duas questões nucleares que se situam na interface Linguística/Didática das línguas: (i) a não correlação das noções de género linguístico e sexo; (ii) a diversidade de processos para expressar o género, não sendo, em caso algum, por flexão nominal. Embora nem todos os nomes admitam contraste de género, em Português, todos têm género. Segundo a Morfologia Distribuída, o traço de género é eminentemente sintático, seja o denominado género sintático, seja o implícito. O valor de género sintático é atribuído por meio de diferentes mecanismos, num momento alto da derivação, e o género implícito é atribuído à raiz logo que esta se funde com o morfema categorizador nominal (primeira fusão da raiz). O sucesso no ensino da gramática e na sua aprendizagem passa, indiscutivelmente, pelo saber linguístico do professor e as pontes que este estabelece com a Linguística enquanto disciplina que subjaz à investigação-ação pedagógica. Procuraremos demonstrar como a investigação em Linguística pode contribuir para orientar opções pedagógicas cientificamente mais (in)formadas.

Palavras-chave: gramática intuitiva, género gramatical, processos de marcação, abordagens didáticas, ensino-aprendizagem de Língua materna (L1)

1 Introdução

Em Português Europeu (PE), o género linguístico é uma categoria obrigatória para a concordância das palavras nos sintagmas e nas frases. Todos os nomes exibem um valor de género (masc./fem.), quer este seja de atribuição inerente (*mesa; planeta; elefante*) quer seja de marcação sintática (*o/a cliente; casamento*); no entanto, nem todos os nomes permitem o contraste de género e aqueles que o permitem não se realiza pelo mecanismo sistemático e regular denominado flexão, mas por processos morfossintáticos variados (VILLALVA, 2000; CHOUPINA, 2011; BAPTISTA *et al.*, 2013), como demonstraremos neste texto.

As recentes investigações no campo da Linguística em diferentes quadros teóricos, por um lado, e a transversalidade do conhecimento gramatical no desenvolvimento das várias competências verbais, por outro, levam-nos a refletir não só sobre as competências linguísticas do professor de português e as conceções que contribuíram para a construção da sua gramática interiorizada, mas também sobre a descrição morfossintática da atribuição, marcação e, por vezes, contrastação, de género nos nomes (VILLALVA, 2000; COSTA e CHOUPINA, 2011; BAPTISTA *et al.*, 2013a) e

sobre as suas abordagens pedagógicas (BAPTISTA *et al.*, 2013b).

Dando cumprimentos aos objetivos delineados para este artigo, organizámos o texto em três partes: na primeira, fazemos uma reflexão sobre as noções de gramática interiorizada e competências linguísticas necessárias ao exercício de uma atividade verbal competente e de uma atividade profissional docente; na segunda, apresentamos uma breve descrição morfossintática do conteúdo género linguístico em PE; e, na terceira, apresentamos contributos para a didática do género linguístico.

2 A categoria género linguístico

2.1 Algumas notas sobre os sistemas de género

Em diversas línguas, a confusão entre as noções de sexo e de género linguístico é alimentada, por um lado, pela coincidência dos termos utilizados para designar as categorias biológicas de sexo e os valores de género linguístico – masculino e feminino, por outro lado, pela existência de sistemas de género baseados exclusivamente em fatores semânticos, em que parece não existir uma categoria morfossintática, existindo apenas uma marcação linguístico-discursiva do sexo do referente quando tal explicitação for necessária para a comunicação. No quadro 1, construído com base em CORBETT (1991), apresentamos, esquematicamente, algumas das línguas que baseiam os seus sistemas de género em critérios semânticos.

Quadro 1 – Exemplos de línguas com um sistema de género baseado em critérios semânticos

Família de línguas/Línguas	Traços da categoria género	Crítérios de distribuição
Niger-Kordofaniano/ Zande	masculino	humanos macho
	feminino	humanos fêmea
	animal	animais
	neutro	coisas
Australiana/ Dyrbal	Género I	humanos machos e animais não humanos a partir do papel mitológico
	Género II	humanos fêmeas, água, fogo e outros nomes com propriedade “nocivo”
	Género III	nomes de alimentos não-carne
	Género IV	nomes de coisas
Siberia/Ket	masculino	humanos e animais machos; itens religiosos
	feminino	humanos e animais femininos; itens religiosos e algumas partes do corpo
	neutro	partes de um todo e coisas
Eslava/Russo	masculino	macho e coisas
	feminino	fêmea e coisas
	neutro	coisas

De todas as línguas apresentadas no quadro 1, o Russo aparenta maior arbitrariedade na relação critério de distribuição e traço da categoria de género, uma vez que, nesta língua, não se pode afirmar que o sexo do referente animado seja um critério exclusivo, dado que os nomes de coisas se distribuem pelas três categorias disponíveis.

A arbitrariedade, aliada a um conjunto, por vezes, de vários fatores gramaticais - morfológicos, fonológicos e sintáticos – parece nortear línguas como as apresentadas no quadro 2., construído a partir de CORBETT (1991).

Quadro 2 - Critérios de distribuição dos traços da categoria gênero baseado em diferentes línguas

Critério de classificação	Família de línguas/Línguas	Traços da categoria gênero	Critérios de distribuição
Critério morfológico	Tanzania/ Iraqw	masculino	nomes derivados da 1. ^a classe de verbos
		feminino	nomes derivados da 2. ^a classe de verbos
Critério semântico	Línguas Kru/ Godie	□, wa	humanos
		□, □	animais grandes
		a, □	animais pequenos
		□, □	líquidos, elementos naturais e massivos não sólidos
Critérios semântico, morfológico e fonológico	Indo-europeu/Alemão	masculino	nomes de seres masculino não diminutivos
		feminino	nomes de seres femininos não diminutivos; nomes abstratos formados com sufixo <i>-ung, -heit...</i>
		neutro	diminutivos em <i>-lein</i> e <i>-chen</i>
Critérios sociossemânticos, fonológicos e morfossintáticos	Indo-europeu/Francês	masculino	nomes tipicamente de profissões masculinas alguns nomes terminados em algumas consoante [□, m, f, r, g, k, b, l, t] nomes terminados em □ (excepto se precedido de z ou j)
		feminino	nomes tipicamente de profissões femininas alguns nomes terminados em algumas consoante [p, □, s, d, □, j, v, n, z] nomes terminados em □ se precedido de z ou j: z□, □z□, zj□, tj□

Para CORBETT (1991), os valores de gênero parecem estar ancorados na filiação das línguas, não sendo necessariamente coincidentes com as categorias biológicas masculino e feminino. Assim, a família das línguas indo-europeias, na qual se incluem o Português, o Francês, o Alemão, entre outras, apresenta ora três valores de gênero (masculino, feminino e neutro) ora, reduzindo essa categorização, dois (masculino e feminino).

Segundo as categorizações de CORBETT (1991), percebemos que há línguas em que a correlação com sexo é estreita, como as que se apresentaram no quadro 1, e que há línguas em que há menos correlação, como as que figuram no quadro 2, podendo resultar de categorizações formais. Em línguas que possuem a categoria de gênero como uma propriedade idiossincrática dos nomes e com caráter obrigatório, esta assume-se, por norma, como arbitrária e não correlacionada com a noção de sexo, como é o caso do Português Europeu (PE).

2.2 O gênero linguístico em Português Europeu: princípios e processos

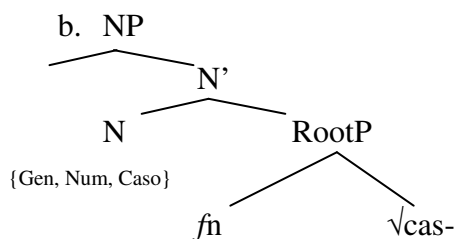
Em PE, aos nomes são atribuídas duas categorias – o gênero e o número –, ainda que com estatuto e marcações morfossintáticas diferentes: o número é de marcação opcional mas sistemático e flexional, enquanto o gênero é obrigatório mas arbitrário e não flexional.

Tendo como referência as noções advindas da teoria chomskiana, o gênero é uma categoria formal, disponível no Léxico de uma língua para ser selecionado por radicais, a partir de

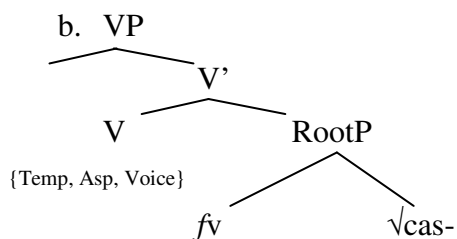
determinadas operações sintáticas. A seleção do radical e a associação a traços de género determinam a formação de um item lexical, sendo que a especificação do valor de género é paramétrica, ou seja, depende das propriedades estruturais da gramática particular de uma determinada língua. Nesta perspetiva teórica, o valor de género poderá ser um traço inerente, se atribuído no Léxico, ou um traço opcional, se atribuído na Sintaxe (BAPTISTA *et al.*, 2013).

Em concordância com alguns dos princípios da Morfologia Distribuída (MARANTZ, 1997), a distinção entre traços inerentes e traços opcionais faz-se atendendo ao momento em que o traço se funde com a raiz nominal: se a fusão ocorrer num momento baixo da derivação, portanto ainda no núcleo da raiz (em NP), o nome receberá o traço inerente e não admite contraste, a não ser que essa raiz entre num novo processo de derivação e receba um traço sintático do morfema derivacional; se a raiz nominal se fundir com o traço de género ainda não especificado e este apenas lhe for atribuído acima de NP, numa categoria funcional nominal intermédia (a que poderíamos dar o nome de GenP, seguindo PICALLO, 1991 e ALEXIADOU & MULLER, 2004), diz-se que o nome é de género sintático e pode ou não admitir contraste. Neste texto, adotaremos uma abordagem segundo o quadro teórico da Morfologia Distribuída, ainda que influenciados pelas noções de traço e pelas operações *fundir* e *compor* do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). Em Morfologia Distribuída, as raízes são acategoriais (Lista A) e precisam de ser inseridas na componente morfossintaxe (Lista B) para receberem uma categoria, por fusão com um morfema funcional categorizador (também disponível na Lista A) e assim entrar num processo de estrutura derivativa e receberem os traços idiossincráticos dessa categoria, como se ilustra abreviadamente em (3) para o nome e (4) para o verbo, formados a partir da raiz *cas-*.

(3) a. *casa*_{nome}



(4) a. *casar*_{verbo}



Apresentam-se, para o PE, em (5) nomes de género intrínseco e em (6) nomes de género sintático.

(5) masculino: *banco, planeta, homem, coala...*

feminino: *mesa, tribo, criança, cobra...*

(6) masculino: *modernismo, casamento, mulherão, pato...*

feminino: *comunicação, mesada, galinha, gata ...*

Os nomes de género inerente ou intrínseco são de género único, não permitindo a alteração do seu valor. Os nomes de género sintático podem ser de dois tipos: (i) bases complexas, ou seja, nomes construídos na Sintaxe cujo género é único e não admitem variação, como *modernismo, casamento e comunicação, mesada*; (ii) bases simples, cujo radical não foi especificado logo na fusão entre a raiz e o morfema funcional nominalizador (primeira fusão que ocorre no núcleo terminal da sintaxe) quanto ao género e na Sintaxe admitem um dos dois valores disponíveis na língua, como *pato, galinha, gata e cliente*, ainda que os mecanismos de realização sejam diferentes, marcação pela classe temática, pelo morfema derivacional e pelo grupo sintático, respetivamente.

Na Sintaxe, portanto, vários são os processos morfossintáticos que permitem a especificação do **valor de género dos nomes de género sintático** e, por vezes, a construção da ideia de alternância ou contraste de género: (i) a marcação da classe temática, linearizada à superfície pelo índice temático (-o, -a, -e e Ø/atemático), como em *pato* e *gata*; (ii) a alternância fonológica, em *avô* e *avó, irmão* e *irmã*; (iii) a derivação, em exemplos como *galo* e *galinha, cão* e *cadela*; (iv) os processos sintáticos, *o arguente* e *a arguente, o cliente* e *a cliente*. Estes processos são lexicais, morfológicos ou morfossintáticos, mas não são, em caso algum, flexionais, contrariamente ao mencionado em alguma literatura e nos documentos oficiais que enformam o ensino do Português nos anos escolares dos Ciclos do Ensino Básico (*Programas de Português para o Ensino Básico* (2009) e *Metas Curriculares* (2012)). A variação em género é do âmbito da morfologia derivacional e não flexional, uma vez que estamos a analisar palavras que derivam de outra raiz ou de uma mesma mas que sofrem processos morfossintáticos diferentes.

A morfologia flexional trata da constituição interna da mesma palavra, estudando as suas variações formais (*gato/gatos; adorou/adoraram*) e a morfologia derivacional trata da constituição interna de palavras diferentes, estudando as variações formais e semânticas que permitem construir palavras a partir de outras [...] (RODRIGUES, 2013. p.31)

Dos processos de especificação do valor de género nos nomes ficam, naturalmente, excluídos os conhecidos como processo de composição (*cobra macho* e *cobra fêmea*), para os nomes chamados epicenos, e de heteronímia de radicais (*homem* e *mulher*), por apenas contrastarem o sexo dos referentes designados por esses nomes e não haver qualquer variação nos traços de género uma vez que a concordância destas palavras é comandada por apenas um valor e género, como tem vindo a ser reiteradamente explanado e defendido na literatura especializada (VILLALVA, 2003; CHOUPINA, 2011; CHOUPINA e COSTA, 2012; BAPTISTA *et al.*, 2013). Também CORBETT (1991) refere que os nomes que designamos de comuns (o/a cliente) são distintos dos epicenos (*cobra, elefante*): “common nouns take two different sets of agreement forms, epicene nouns take only one, though they denote beings of either sex”¹ (CORBETT, 1991. p.67).

Em síntese, o género, em PE, é uma categoria gramatical, obrigatória em todos os nomes da língua, essencialmente de natureza morfossintática, e independente da categoria biológica que determina o sexo dos seres vivos.

¹ Para o Russo, CORBETT (1991) afirma que “*kit* ‘whale’ [baleia] may denote a male or a female whale, but it takes masculine agreement in either case; *akula* ‘shark’ [tubarão] is similarly feminine” (CORBETT, 1991. p.67).

3 Contributos para a didática do género linguístico em Português Europeu

3.1. Gramática interiorizada e competências linguísticas do professor de Português

Para a construção da gramática interiorizada de um indivíduo contribuem diversos fatores e situações, que se cruzam no seu crescimento linguístico, social, cognitivo e afetivo, marcando as conceções e os conhecimentos linguísticos e metalinguísticos, assim como as conceções do mundo e do seu funcionamento.

Um professor de Língua Materna tem, indiscutivelmente, um duplo papel – ser utilizador competente da língua e ser responsável pelo crescimento de futuros falantes competentes.

ser um utilizador proficiente da Língua Portuguesa é um pré-requisito para o exercício da profissão, em geral, de educador de infância, professor do 1.º Ciclo e professor de Língua Portuguesa, em particular. (DUARTE, 2001. p.29)

Qualquer educador e professor de uma língua deve, antes de mais, dominar um conjunto de competências, correlacionando: (i) a corresponsabilidade pela construção da gramática intuitiva dos alunos; (ii) a necessidade de oferecer às crianças e aos jovens um *input* linguístico de qualidade; e, finalmente, (iii) a exigência profissional enquanto promotor do seu desenvolvimento cognitivo e linguístico e organizador das várias aprendizagens.

No âmbito do segundo requisito, ser competente ou ser proficiente linguisticamente implica um conjunto de subcompetências, que Inês Duarte organiza em seis tópicos que incluem o domínio do português europeu padrão e dos contextos da sua utilização, nomeadamente a sala de aula; a capacidade para ouvir e compreender informação literal e inferencial em várias variedades do português; a fluência oral marcada por usos estilísticos diversificados; a prática de leitura proficiente; a competência de escrita, em diferentes géneros textuais, com clareza e correção linguística; a consciência metalinguística e a capacidade de a usar como meio de controlo e correção da produção oral e escrita e como instrumento de monitorização da compreensão oral e da leitura. (DUARTE, 2001.pp.30-31)

Um indivíduo pouco proficiente em LP não atingirá, com certeza, a terceira das grandes metas da profissão decente – promover o contacto com a LP nas suas várias facetas e modalidades e planificar e organizar as aprendizagens dos seus alunos. Entre outros conhecimentos e competências, um profissional da educação, especialmente aquele que tem a seu cargo proporcional o desenvolvimento da competência linguística de futuros falantes proficientes, deve ter conhecimento sólido sobre a estrutura e o funcionamento da língua, ou seja, da gramática, a fim de a poder descrever. Assim, TRAVAGLIA (2009) propõe como objetivos do ensino:

Desenvolver a competência comunicativa; levar ao conhecimento da instituição social que a língua representa: sua estrutura e funcionamento, sua forma e função; promover o ensino da teoria gramatical; ensinar o aluno a pensar, a raciocinar, a desenvolver o raciocínio científico, a capacidade de análise sistemática dos fatos e fenômenos que encontra na natureza e na sociedade; levar o aluno a dominar a norma culta ou língua padrão e ensinar a variedade escrita da língua. (TRAVAGLIA, 2009. p.39)

A promoção do desenvolvimento de competências linguísticas e metalinguísticas e o sucesso no ensino da gramática e na sua aprendizagem passa, indiscutivelmente, pelo saber (meta)linguístico do professor e as pontes que este estabelece com a Linguística enquanto disciplina que subjaz à investigação-ação pedagógica: “o tratamento da língua em sala de aula é uma questão, num certo sentido, principalmente lingüística (com tudo o que envolve o fenómeno linguagem)” (MARCUSCHI, 2002. p.1)

Não podemos, aqui, deixar de convocar o modelo de competência comunicativa proposto por

Lyle Bachaman, uma vez que este apresentando uma visão muito abrangente do uso da língua enquanto processo dinâmico muito mais complexo do que a mera transmissão de informação, não descarta as interações desenvolvidas entre a competência linguística, o conhecimento do mundo e a competência estratégica, “capacidade mental para implementar os componentes da competência linguística no uso comunicativo e contextualizado da língua” (BACHMAN, 2003, pp. 84-5). E se, esta competência estratégica é, com certeza, um requisito fundamental para a eficácia comunicativa nas interações pedagógicas, não o será menos o conhecimento do mundo que gostaríamos de alargar, no caso do professor de Língua Materna, ao conhecimento das línguas do mundo, uma vez que a competência metalinguística em Língua Materna frequentemente se consolida através da análise contrastiva das estruturas e funcionamento da língua do falante com as demais línguas do mundo, como tentámos evidenciar em 2.1..

No ponto seguinte, ilustramos como a investigação em Linguística, especificamente no campo morfossintático da formação do género linguístico, pode contribuir para orientar opções pedagógicas cientificamente mais (in)formadas.

3.2. Para uma reflexão sobre a didática do género linguístico

No panorama curricular do Ensino em Portugal, o conhecimento gramatical sobre o Português Língua Materna surge nos programas de ensino em níveis precoces (no 1.º Ciclo do Ensino Básico, crianças entre os 6 e os 10 anos) como uma competência específica transversal às várias competências (no modo oral e no modo escrito), enquanto em programas de ensino em níveis mais avançados (2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, alunos entre os 10 e os 15 anos, e Ensino Secundário, entre os 15 e os 18 anos) surge como um domínio de conhecimento e aprendizagem autónomo e como objeto de ensino em si.

O conteúdo género linguístico integra os *Programas de Português do Ensino Básico* (2009) e as *Metas Curriculares de Português* (2012) desde o 1.º ano de escolaridade, paralelamente ao estudo da categoria número, ainda que na sua natureza estas duas categorias do nome sejam bem distintas.

Sabendo nós da bipartição das categorias biológicas de sexo – seres do sexo masculino e seres do sexo feminino – e do uso dos mesmos termos para, em PE, designar os valores de género linguístico, a confusão instalada ao longo das situações, formais e informais, que desencadeiam aquisições e aprendizagens da noção de género gramatical, no âmbito metalinguístico e pedagógico, exige necessariamente uma reflexão sobre: (i) a existência de correlação (ou não) das noções de género linguístico e sexo na língua em estudo; (ii) os processos de marcação/atribuição de género e os processos linguísticos que expressam o sexo dos referentes; (iii) a existência de contraste de género no nome ou contraste entre seres de sexos diferentes; (iv) as estratégias de abordagem do conteúdo género linguístico ao longo do ensino–aprendizagem (informal e formal) para impedir (ou diminuir) a constante interrelação dos conceitos e a persistência do erro quer no conhecimento do professor quer nos materiais pedagógicos utilizados.

O professor deve estar consciente da complexa problemática que envolve este conteúdo gramatical, a fim de ser cientificamente correto na seleção dos materiais a utilizar, de modo a não contribuir para a construção de uma gramática interiorizada, nos alunos de anos mais precoces, e exteriorizada dos alunos, nos anos mais avançados, apoiada em fatores erradamente estritamente semânticos excluindo os critérios gramaticais morfossintáticos. Retomamos, a partir deste ponto, os contributos apresentados por nós em BAPTISTA *et al.* (2013) sobre a abordagem que se tem feito do conteúdo género em materiais didáticos.

No âmbito do conteúdo em análise neste artigo, a contaminação da realidade linguística pela realidade sociopsicológica e biológica de seres sexuados tem marcado o conhecimento implícito e este tem prejudicado a aquisição e desenvolvimento do conhecimento explícito relativo à noção de

género gramatical, da sua função na gramática do Português Europeu e dos vários processos de marcação. Neste sentido, a confusão entre género gramatical, sexo e identidade de género e a ausência de uma teoria formal de suporte à descrição linguística são visíveis em: (i) designações como *epícenos*, *comum de dois* e *sobrecomuns*; (ii) terminologias de base estritamente morfológica, como nomes uniformes vs. bifórmes, género regular vs. género irregular; (iii) aceitação e uso de processos tradicionais como composição (nos nomes de animais, tradicionalmente denominados epícenos) e heteronímia de radicais (nos nomes de animais e de seres humanos) para contrastação de género gramatical; (iv) práticas de ensino apoiadas numa *pseudorregra* geral e em estratégias didático-pedagógicas promotoras de inferências, associações e conhecimentos incorretos; (iv) opções gráficas e organizativas na construção de fichas informativas e em exercícios que desencadeiam representações mentais de interpenetração entre a categorização linguística e a realidade sociopsicológica e biológica.

As situações, formais ou informais, que desencadeiam aquisições e aprendizagens da noção de género gramatical e da sua marcação associadas às categorias de sexo dos possíveis referentes dos nomes registam-se frequentemente em manuais escolares, auxiliares de gramática e gramáticas pedagógicas. Nestes materiais, o equívoco ocorre na apresentação e explicitação verbais do conteúdo, na organização diagramática da informação e nos exemplos selecionados. Assim, apresentam-se, no Quadro 3., algumas situações inadequadas que foi possível recolher através da análise de vários materiais pedagógicos e as implicações negativas da sua ocorrência.

Quadro 3 – Estratégias diagramáticas inadequadas para a apresentação do conteúdo género gramatical e suas implicações

O que não deve ser feito	Implicações Negativas
Partir sistematicamente de pares de nomes de seres sexuados para a aquisição da noção de género	Promoção da associação racional entre género gramatical e sexo
Associar os valores de género a cores (cor-de-rosa a meninas e azul a meninos)	Promoção de associações a sexo culturalmente estereotipadas
Usar os sinais de masculino (♂) e feminino (♀)	Promoção da associação racional entre género gramatical e sexo
Elaborar quadros com as palavras “menino” e “menina” no topo das colunas	Promoção da associação instintiva entre género gramatical e sexo
Elaborar quadros com as imagens de meninos e meninas no topo das colunas	Motivação da associação instintiva entre género gramatical e sexo
Construir quadros de duas colunas emparelhadas com nomes de radicais diferentes para solicitar pares de género (ex.: <i>pai/mãe</i>)	Associação de nomes de radicais diferentes a flexão ou variação de género gramatical

In BAPTISTA *et al.*, 2013

As estratégias inadequadas não se restringem apenas à apresentação gráfica do conteúdo. A metalinguagem utilizada, vigente, aliás, nas *Metas Curriculares de Português* (2012) e nos *Programas de Português do Ensino Básico* (2009), é responsável pela manutenção da confusão e evidencia desconhecimento científico. Veja-se o Quadro 4. a propósito do rigor metalinguístico necessário na construção das propostas didáticas e na explanação do conteúdo gramatical.

Quadro 4. - Estratégias metalinguísticas inadequadas para a apresentação do conteúdo gênero gramatical e suas implicações

O que não deve ser feito	Implicações Negativas
Solicitar pares de nomes para obter contraste de gênero, partindo do paradigma animal composto com macho e fêmea (ex.: a cobra-macho, o panda-fêmea)	Promoção da confusão de gênero e sexo e da representação mental de gênero gramatical diferente em função do sexo de cada elemento do par Associação da estratégia de composição com macho/fêmea para contrastar o valor de gênero gramatical
Solicitar a apresentação do par para nomes de gênero intrínseco e de gênero sintático misturados no mesmo quadro	Admissão que todos os nomes têm contraste e que nomes com heteronímia de radicais estabelecem variação de gênero
Apresentar, de forma implícita ou explícita, uma pseudorregra como estratégia para a identificação rápida do gênero gramatical	Confusão entre variação e flexão Possibilidade de generalização da pseudorregra a nomes que não admitem contraste o que pode implicar uma identificação do gênero incorreta ou a construção de um contraste não lexicalizado

In BAPTISTA *et al.*, 2013

4. Considerações finais

Foram abordados, nesta comunicação, os contributos da Linguística Descritiva, no quadro da Morfologia Distribuída, para a sistematização dos processos disponíveis para a marcação e, por vezes, contrastação, de gênero. Segundo a Morfologia Distribuída, o traço de gênero é sintático, seja o denominado gênero sintático, seja o implícito. O valor de gênero sintático é atribuído por meio de diferentes mecanismos, num momento alto da derivação, e o gênero implícito é atribuído à raiz logo que esta se funde com o morfema categorizador nominal (primeira fusão da raiz).

Dada a evidente interface Linguística/Didática da língua, consideramos a problemática da marcação e realização sintáticas do gênero linguístico um conteúdo a ser trabalhado segundo abordagens pedagógicas (en)formadas pelo conhecimento linguístico de um professor cientificamente suportado.

Referências Bibliográficas

- 1] ALEXIADOU, A. e MULLER, G., **Class features as probes**, Ms. Universität Stuttgart: Universität Leipzig, 2004.
- 2] BAPTISTA, Adriana, *et al.* Conhecimentos implícitos e explícitos de gênero linguístico e suas implicações no ensino. Comunicação oral apresentada ao **Encontro Internacional de ensino do Português**, III, 2013, Santarém.
- 3] BACHMAN, L. F. A habilidade comunicativa de linguagem. In **Linguagem & Ensino**, Vol. 6, N.º 1, 2003, p. 77-128.
- 4] BIONDO, F. P. e CALSA, G. C. A influência dos conhecimentos prévios na conceituação de gênero gramatical. **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia**, ABPppr – nov. 2003, p. 147-157.
- 5] BOTELHO, J. M. **O gênero imanente do substantivo no português**. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

- 6] CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- 7] CHOMSKY, N., **The Minimalist Program**, Cambridge, Mass., The MIT Press. Versão portuguesa com tradução de Raposo, E. P. *O Programa Minimalista* 1995. Lisboa, Caminho.
- 8] CHOUPINA, C.M. Reflexões sobre o género em Português Europeu e em Tétum. In **Revista electrónica elingUP**, nº 1, v. 3. 2011, <http://cl.up.pt/elingup/>
- 9] COSTA, J. A. e CHOUPINA, C.M. A história e as histórias do género nos nomes em português. Percursos diacrónicos, sincrónicos e pedagógicos. **II Encontro Internacional do Ensino do Português**. Coimbra, Fevereiro. 2011.
- 10] CORBETT, G. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- 11] DUARTE, I. A formação em Língua Portuguesa na dupla perspectiva do formando como utilizador e como futuro docente da língua materna. In: SIM-SIM, I. (org.) **A Formação para o Ensino da Língua Portuguesa na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico**. Cadernos de Formação de Professores, nº 2, 2001, p. 27-34.
- 12] MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In DIMITRIADIS, A. & SIEGEL, L., (eds.) **Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium**, University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Philadelphia: University of Pennsylvania, 1997, p. 201–225.
- 13] MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In DIONÍSIO, A. P. *et al.* (org.) **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.19-36.
- 14] PICALLO, C., Nominals and nominalization in Catalan, **Probus**, 3 (3), 1991, p. 279-316.
- 15] RODRIGUES, A. Introdução. In Rio-Torto et al. **Gramática Derivacional do Português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 29-116.
- 16] TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- 17] VILLALVA, A. 2000. **Estruturas Morfológicas**. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português. Lisboa: FCG/FCT.
- 18] VILLALVA, A. Estrutura morfológica básica. In MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**, 5.ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- 19] VILLALVA, A. **Morfologia do Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

i Celda CHOUPINA, Profa. Dra.

Instituto Politécnico do Porto-Escola Superior da Educação (IPP-ESE)
 UTC de Ciências da Linguagem e da Literatura
celda@ese.ipp.pt

ii Adriana BAPTISTA, Profa. Dra.

Instituto Politécnico do Porto-Escola Superior da Educação (IPP-ESE)
 UTC de Ciências da Linguagem e da Literatura
adrianabaptista@ese.ipp.pt

iii José António Costa, Prof. Ms.

Instituto Politécnico do Porto-Escola Superior da Educação (IPP-ESE)
 UTC de Ciências da Linguagem e da Literatura
joseacosta@ese.ipp.pt